O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

LEDA ROSÂNGELA SCHIAVOLIN

RESUMO
Este artigo busca analisar como o professor pode contribuir ativamente para a construção da autonomia das crianças, especialmente na fase da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa apoia-se em uma revisão bibliográfica que considera as contribuições de autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Maria Montessori, além de documentos legais e normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No decorrer do estudo, discute-se a importância de metodologias que favoreçam o protagonismo infantil, bem como de práticas de ensino que estimulem a curiosidade, a tomada de decisão e a autorregulação. Os resultados apontam que o desenvolvimento da autonomia não é apenas um fim em si, mas um instrumento para a formação de sujeitos críticos e criativos, capazes de interagir de forma mais ativa e responsável em sociedade. Conclui-se que o professor desempenha um papel fundamental ao criar ambientes acolhedores, desafiadores e reflexivos, promovendo o engajamento da criança em seu próprio processo de aprendizagem. Além disso, ressalta-se que a autonomia desenvolvida em sala de aula pode extrapolar o ambiente escolar, impactando positivamente as relações familiares e comunitárias. Crianças que são incentivadas a pensar por conta própria, formular hipóteses e buscar soluções criativas tendem a demonstrar maior segurança emocional e flexibilidade para lidar com situações imprevistas. Essa dimensão extrapola os limites de uma formação meramente acadêmica, abrangendo valores como solidariedade, empatia e responsabilidade coletiva, princípios essenciais para a convivência em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia; Educação Infantil; Papel do Professor; Protagonismo Infantil; BNCC

INTRODUÇÃO

A construção da autonomia na infância é um processo que ultrapassa a simples aquisição de competências acadêmicas, abrangendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e éticas que permitem à criança posicionar-se de forma ativa no mundo. Nesse contexto, o professor atua como mediador, orientador e facilitador, criando situações de aprendizagem que incentivem as crianças a tomar decisões, resolver conflitos e expressar seus interesses. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/1996), é dever da escola promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e para o trabalho. Tal responsabilidade requer práticas pedagógicas que valorizem a iniciativa e o protagonismo infantil.

Grandes educadores dedicaram-se ao estudo de como a criança constrói a sua autonomia. Piaget (1976), por exemplo, enfatiza o papel do desequilíbrio cognitivo como motor de novas aprendizagens, sugerindo que o professor deve propor atividades que desafiem o aluno na medida certa. Vygotsky (1978), por sua vez, aponta a importância da interação social e da mediação adulta para a interiorização de conceitos, o que também se reflete na elaboração de atividades colaborativas que promovam a troca de ideias entre pares. Já Montessori (1967) destaca a relevância de um ambiente preparado, no qual o mobiliário e os materiais estejam organizados para que a criança possa escolher livremente suas tarefas, desenvolvendo independência e senso de responsabilidade.

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel do professor na construção da autonomia da criança, discutindo abordagens teóricas e práticas pedagógicas que possam nortear a ação docente. Tomamos como base uma pesquisa bibliográfica e exploratória, considerando a legislação educacional brasileira e estudos acadêmicos que discutem a autonomia na perspectiva da Educação Infantil e das séries iniciais. A partir desses fundamentos, propõe-se uma reflexão sobre o dia a dia escolar, apontando caminhos para a implementação de uma prática docente que estimule a descoberta,

a cooperação e o pensamento crítico. Espera-se, dessa forma, contribuir para a valorização do protagonismo infantil como eixo fundamental na formação de crianças mais autônomas, criativas e solidárias.

É importante destacar que a autonomia infantil não pode ser construída de forma isolada, dependendo também do envolvimento de diferentes agentes, como a família e a comunidade local. A escola, portanto, funciona como um espaço privilegiado de articulação dessas parcerias, permitindo que as ações do professor sejam reforçadas ou até mesmo ampliadas em outros contextos. Desse modo, quando há consonância entre o que se vivencia na instituição de ensino e o que se pratica em casa, o processo de fortalecimento da autonomia ganha consistência e continuidade, evidenciando a importância de uma rede de apoio que trabalhe em prol do desenvolvimento integral da criança.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico que embasa a discussão sobre a construção da autonomia infantil e descrevem-se os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. Em seguida, discutem-se os principais achados acerca das práticas pedagógicas que favorecem a autonomia, relacionando-as às concepções de autores clássicos e às diretrizes educacionais brasileiras.

Cabe salientar também que o debate em torno da autonomia está fortemente relacionado à democratização das relações educativas, na medida em que possibilita à criança participar ativamente de decisões que afetam o seu cotidiano escolar. O desenvolvimento dessas habilidades reflete valores democráticos, pois o exercício da escolha e da responsabilidade por suas consequências promove uma cultura de respeito, diálogo e cooperação. Paralelamente, essa perspectiva exige uma reflexão contínua das instituições sobre suas práticas avaliativas, de modo a enfatizar processos em detrimento de resultados imediatistas, promovendo uma educação centrada na formação integral do aluno.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica sobre a autonomia também se expande para além dos clássicos da Psicologia e da Pedagogia, envolvendo reflexões trazidas por autores que analisam a questão da infância numa perspectiva histórica e cultural. Dessa forma, compreende-se que a maneira como a autonomia é compreendida e estimulada em sala de aula varia conforme o contexto social e as políticas educacionais em vigor. Estudos comparados entre diferentes países indicam que culturas que valorizam a participação infantil em processos decisórios tendem a apresentar crianças mais engajadas e confiantes em sua capacidade de aprender e contribuir para a vida coletiva.

CONCEITO DE AUTONOMIA NA INFÂNCIA

O conceito de autonomia, no âmbito educacional, está relacionado à capacidade de a criança tomar decisões, resolver problemas e assumir responsabilidades proporcionais à sua faixa etária (PIAGET, 1976). Não se trata de um estado que a criança atinge de uma vez por todas, mas de um processo gradual que envolve a aquisição de autoconfiança, autorregulação e consciência das consequências de suas escolhas. Para Vygotsky (1978), o desenvolvimento da autonomia também está ligado à interação social, pois a criança aprende a partir de trocas com os colegas e com adultos que atuam como mediadores, ampliando sua “zona de desenvolvimento proximal”.

Ainda que cada autor enfoque aspectos específicos, há um consenso de que a criança não é um ser passivo no processo educativo, mas constrói ativamente seus esquemas mentais e sua compreensão do mundo. Nesse sentido, Montessori (1967) alerta para a importância de preparar o ambiente escolar de modo que a criança possa exercer livre escolha, respeitando os limites estabelecidos e desenvolvendo autorresponsabilidade a partir de tentativas e erros. Assim, o professor deve ser um “observador atento”, que intervém no momento oportuno para orientar, mas evita a superproteção ou a imposição de soluções prontas.

A fundamentação teórica sobre a autonomia também se expande para além dos clássicos da Psicologia e da Pedagogia, envolvendo reflexões trazidas por autores que analisam a questão da infância numa perspectiva histó-

rica e cultural. Dessa forma, compreende-se que a maneira como a autonomia é compreendida e estimulada em sala de aula varia conforme o contexto social e as políticas educacionais em vigor. Estudos comparados entre diferentes países indicam que culturas que valorizam a participação infantil em processos decisórios tendem a apresentar crianças mais engajadas e confiantes em sua capacidade de aprender e contribuir para a vida coletiva.

Em complemento às definições já apresentadas, alguns teóricos contemporâneos pontuam que a autonomia infantil envolve também a habilidade de planejar objetivos e metas pessoais, mesmo que simples, e de avaliar criticamente suas próprias ações. Assim, a autonomia não se limita ao cumprimento de tarefas de forma independente, mas engloba a consciência sobre o porquê e o como realizar essas tarefas, estimulando a criança a refletir sobre suas escolhas e a reconhecer que é parte ativa na construção de seu próprio conhecimento. Essa visão reforça a ideia de que a autonomia é um processo dinâmico, sujeito a avanços e retrocessos, e profundamente marcado pelas interações sociais.

PAPÉIS E COMPETÊNCIAS DO PROFESSOR

O professor que almeja desenvolver a autonomia infantil precisa atuar simultaneamente como facilitador e mediador. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a prática docente deve favorecer as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da Educação Infantil, oportunizando situações em que as crianças possam investigar, levantar hipóteses e formular explicações sobre o mundo. Dessa forma, a autoridade do professor não se manifesta apenas no controle disciplinar, mas na capacidade de promover um ambiente que estimule a participação ativa dos alunos, despertando neles o desejo de aprender.

A pesquisa de Rego (2003) aponta que a mediação docente eficaz requer empatia, escuta atenta e flexibilidade. O professor, ao se aproximar das crianças com genuíno interesse em suas ideias, contribui para o fortalecimento de sua autoestima e para a aceitação do erro como parte natural do processo de aprendizagem. Esse olhar também se reflete no planejamento de atividades em grupo, nas quais as crianças possam colaborar, trocar opiniões e encontrar soluções coletivas para os desafios propostos.

METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado a partir de uma **pesquisa bibliográfica e exploratória**, cujo objetivo principal foi analisar estudos que discutem a autonomia na infância, considerando, sobretudo, o papel do professor. O percurso metodológico abrangeu:

Levantamento de literatura: Pesquisa em livros, artigos científicos e documentos oficiais, com foco em autores clássicos (Piaget, Vygotsky, Montessori) e estudos brasileiros contemporâneos sobre educação infantil (Rego, Oliveira, Brasil – BNCC).

Critérios de inclusão: Textos que abordassem a relação entre professor e desenvolvimento da autonomia, publicados preferencialmente nos últimos 20 anos, sem deixar de considerar obras de referência anteriores, como Montessori (1967) e Piaget (1976).

Análise de conteúdo: Os textos selecionados foram submetidos a uma leitura analítica, buscando-se identificar convergências entre as teorias e as práticas propostas para o contexto escolar.

Não se realizou coleta de dados empíricos ou entrevistas, pois a natureza do estudo é essencialmente teórica, voltada à compreensão dos princípios que alicerçam a formação de crianças autônomas.

Além dos critérios mencionados, buscou-se também analisar como diferentes abordagens teóricas dialogam com a realidade brasileira, em especial quanto aos desafios estruturais enfrentados por muitas escolas públicas. Dessa forma, ao longo da revisão de literatura, valorizou-se a inclusão de estudos de caso que apresentassem experiências bem-sucedidas de formação para a autonomia em contextos de vulnerabilidade social. Tais investigações evidenciam que, mesmo em circunstâncias adversas, o trabalho consistente do professor, aliado à participação ativa das famílias, pode transformar o ambiente escolar em um espaço de construção de autonomia e emancipação.

Além dos critérios mencionados, buscou-se também analisar como diferentes abor-

dagens teóricas dialogam com a realidade brasileira, em especial quanto aos desafios estruturais enfrentados por muitas escolas públicas. Dessa forma, ao longo da revisão de literatura, valorizou-se a inclusão de estudos de caso que apresentassem experiências bem-sucedidas de formação para a autonomia em contextos de vulnerabilidade social. Tais investigações evidenciam que, mesmo em circunstâncias adversas, o trabalho consistente do professor, aliado à participação ativa das famílias, pode transformar o ambiente escolar em um espaço de construção de autonomia e emancipação.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE FAVORECEM A AUTONOMIA

CRIAÇÃO DE AMBIENTES DESAFIADORES E SEGUROS

Para que a criança seja encorajada a agir de forma autônoma, é fundamental que o ambiente escolar seja preparado de modo a oferecer liberdade com responsabilidade (MONTESSORI, 1967). Isso implica dispor materiais e recursos ao alcance das crianças, promover cantos temáticos ou estações de aprendizagem e assegurar condições de segurança física e afetiva. Ao manusear objetos, resolver pequenos conflitos e assumir pequenas tarefas (como servir-se à mesa ou organizar materiais), a criança exercita habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais que contribuem para sua independência.

VALORIZAÇÃO DO ERRO E ESTÍMULO À AUTORREGULAÇÃO

Piaget (1976) ressalta que o erro é parte integrante do processo de aprendizagem, pois é por meio do desequilíbrio cognitivo que a criança busca novas informações e reorganiza seus esquemas de pensamento. Desse modo, as práticas pedagógicas inclusivas devem evitar punições excessivas e, em vez disso, orientar as crianças a refletir sobre o que deu errado e como podem agir de forma diferente. Nessa perspectiva, o professor orienta, mas não impõe respostas, permitindo que as próprias crianças encontrem caminhos para superar seus desafios.

Sob essa perspectiva, o erro passa a ser visto não como falha, mas como informação valiosa que direciona a próxima tentativa. O professor pode, por exemplo, promover momentos de reflexão coletiva, em que as crianças compartilham o que aprenderam a partir de determinada tentativa frustrada, entendendo que a aprendizagem envolve um percurso repleto de experimentação. Esse exercício de pensar sobre o próprio erro também contribui para a autorregulação emocional, pois a criança começa a perceber que errar faz parte do processo, reduzindo assim sentimentos de vergonha ou frustração extrema.

INCENTIVO À COLABORAÇÃO E AO DIÁLOGO

A interação com os pares desempenha um papel essencial na construção da autonomia (VYGOTSKY, 1978). Quando as crianças participam de atividades cooperativas — como projetos de investigação, jogos de tabuleiro, dramatizações ou construção de painéis coletivos —, aprendem a ouvir opiniões diferentes e a articular argumentos para defender suas ideias. O professor, ao planejar tarefas em grupo, amplia as oportunidades de desenvolvimento da linguagem, do respeito mútuo e da capacidade de negociar conflitos. Esse ambiente colaborativo reforça a autonomia na medida em que cada criança encontra espaço para se expressar, mas também precisa se adaptar às regras e à perspectiva dos colegas.

É válido salientar que a prática colaborativa não se restringe a trabalhos de grupo em sala de aula. Ela pode envolver projetos que integrem a escola e a comunidade, como feiras culturais, hortas coletivas ou campanhas solidárias, nos quais as crianças assumam diferentes funções, desde a organização até a execução das atividades. Essas experiências práticas tendem a reforçar a autonomia, pois exigem gestão de tempo, divisão de tarefas e negociação de papéis, habilidades que se tornam cada vez mais necessárias em uma sociedade dinâmica e plural.

FORMAÇÃO CONTÍNUA DO PROFESSOR E REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA

Para exercer esse papel mediador, o professor precisa investir em sua própria formação, seja por meio de cursos de especialização, leituras, participação em grupos de estudo ou trocas com colegas (REGO, 2003). A autorreflexão sobre a prática permite ao

docente identificar estratégias que funcionam melhor em sua turma, ajustando o planejamento quando necessário. Além disso, manter um registro sistemático de observações das crianças ajuda a acompanhar seu progresso e a oferecer intervenções mais efetivas em prol de sua autonomia.

Nessa perspectiva, a formação continuada deve contemplar não apenas conteúdos teóricos, mas também a possibilidade de o professor vivenciar metodologias ativas, trocando experiências com colegas e participando de oficinas práticas. Ao experimentar na própria pele atividades que estimulam a autonomia, o docente se apropria de ferramentas que poderá adaptar à sua realidade escolar. Além disso, a manutenção de grupos de estudo ou comunidades de prática sustenta uma cultura de aprendizagem profissional permanente, na qual os educadores desenvolvem um senso de responsabilidade coletiva pela melhoria do ensino e pela promoção da autonomia infantil.

DISCUSSÃO

A análise das práticas pedagógicas que favorecem a autonomia revela uma convergência entre as ideias de Piaget, Vygotsky, Montessori e as orientações da BNCC. Todas enfatizam o papel ativo da criança no processo de aprendizagem, a relevância das interações sociais e a importância de o professor criar oportunidades para a expressão de ideias e descobertas. No entanto, esses princípios ainda encontram desafios na realidade escolar brasileira.

Em diversas instituições, há falta de recursos materiais e espaço adequado, bem como turmas superlotadas que dificultam o acompanhamento individualizado. Além disso, muitos professores lidam com pressões relacionadas a resultados imediatos, currículos extensos e avaliações padronizadas, o que pode ofuscar a perspectiva de investir na formação de sujeitos autônomos. Apesar dessas dificuldades, experiências bem- sucedidas demonstram que é possível equilibrar o cumprimento de conteúdos curriculares com propostas pedagógicas que encorajem a curiosidade, a colaboração e a responsabilização da criança por suas escolhas.

Vale ressaltar que a consolidação de práticas pedagógicas autônomas também depende do engajamento político das escolas e dos educadores, na busca por políticas públicas e investimentos que garantam condições mais equitativas de aprendizagem. A falta de recursos e de formação específica não pode ser encarada como um obstáculo intransponível, mas sim como um alerta para a urgência de se repensar prioridades e formas de financiamento educacional. Assim, ao defender a autonomia como um princípio educativo, defende-se igualmente uma visão de escola como espaço de transformação social, onde o desenvolvimento integral de cada criança ganha centralidade.

CONCLUSÃO

A construção da autonomia na infância é um processo de vital importância para a formação integral do indivíduo, pois implica a capacidade de pensar criticamente, de gerir emoções e de atuar de forma responsável na sociedade. O professor, nesse cenário, assume um papel de destaque ao criar as condições para que as crianças se envolvam em tarefas desafiadoras, tomem decisões e avaliem as consequências de suas ações, sem deixar de oferecer suporte quando necessário.

As contribuições de Piaget, Vygotsky e Montessori, aliadas às diretrizes da BNCC, orientam o professor a assumir uma postura dialógica e investigativa, estimulando o protagonismo e o engajamento ativos das crianças. Ao mesmo tempo, identificamos que barreiras estruturais e culturais ainda restringem o pleno desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à autonomia. Portanto, recomenda-se o fortalecimento da formação docente contínua, a adequação dos ambientes escolares e o incentivo ao trabalho colaborativo, envolvendo pais, gestores e a comunidade.

Desse modo, conclui-se que a busca pela autonomia infantil não deve ser vista como mais uma exigência curricular, mas como um princípio que atravessa toda a prática educativa. Ao fomentar a liberdade com responsabilidade, a escuta ativa e a valorização das iniciativas infantis, o professor contribui para a formação de crianças confiantes, criativas e preparadas para enfrentar desafios futuros, tanto na escola quanto na vida em sociedade.

Por fim, cabe sublinhar que a autonomia não se esgota nos anos iniciais da escolarização, mas se desdobra ao longo de toda a trajetória educativa. As bases sólidas construídas na primeira infância, porém, são fundamentais para que o indivíduo desenvolva, posteriormente, espírito crítico e capacidade de adaptação a diferentes contextos. A figura do professor, assim, permanece como um referencial ético e intelectual, cuja ação consciente e planejada pode impulsionar gerações de crianças a se tornarem cidadãos plenos, responsáveis e engajados na construção de uma sociedade mais justa. O desafio que se apresenta, portanto, é o de articular a teoria com a prática, fomentando uma cultura escolar que valorize o protagonismo infantil em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 jan. 2025.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB (Lei n. 9.394/1996). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

MONTESSORI, M. *A criança*. 4. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1967.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

REGO, T. C. *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.